



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**Maio/2016 a Abril/2017**

**1º QUADRIMESTRE DE 2017**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

**TORNA PÚBLICO** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 1º Quadrimestre de 2017, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Ressalta-se que a partir do exercício de 2015, foi fixado novo limite de gastos com pessoal deste Tribunal, para efeito do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, passando para 0,90% (nove décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado de Santa Catarina, conforme a comunicação expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Ofício GAB/SEF nº 832/2014, de 04 de dezembro de 2014, assinado pelo Secretário de Estado da Fazenda Sr. Antônio Marcos Gavazzoni, capeado nesta Corte de Contas conforme o processo ADM 15/80015910.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
Maio/2016 a Abril/2017

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO1 (LRF, ART. 55, inciso I, alínea "a")

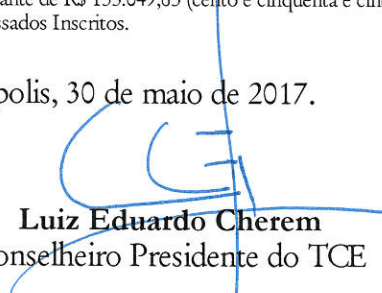
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>223.034.263,88</b>	<b>155.049,65</b>
Pessoal Ativo	149.000.702,18	155.049,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.033.561,70	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art.18, LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>42.940.302,72</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.445.477,73	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	76.844,89	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.417.980,10	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>180.093.961,16</b>	<b>155.049,65</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRETE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.815.995.089,76	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>180.249.010,81</b>	<b>0,87%</b>
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	187.343.955,81	0,90%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	177.976.758,02	0,86%
LIMITE DE ALERTA (VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	168.609.560,23	0,81%

FONTE: AI, DAF e SEF.

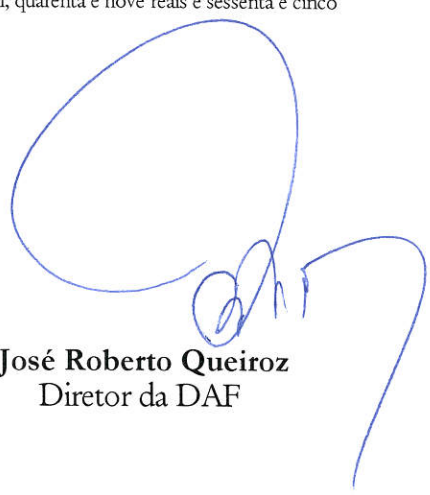
Nota Explicativa: Dos Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício de 2016, no valor de R\$ 198.932,00 (cento e noventa e oito mil, novecentos e trinta e dois reais), foram cancelados, até o mês de abril de 2016, o valor de R\$ 43.882,35 (quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), restando o montante de R\$ 155.049,65 (cento e cinquenta e cinco mil, quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), como saldo de Restos a Pagar não Processados Inscritos.

Florianópolis, 30 de maio de 2017.

  
**Luiz Eduardo Chere**  
Conselheiro Presidente do TCE

  
**Edison Stieven**  
Diretor da DGPA

  
**Rafael Antonio Krebs Reginatto**  
Coordenador da Auditoria Interna

  
**José Roberto Queiroz**  
Diretor da DAF

**RELATOR: CESAR FILOMENO FONTES**

**Processo/Unidade Gestora/Interessado-Responsável-Procurador**  
 REC-16/00219281 / PMCBaixo / Fabiano da Silva Figueiredo, Clesio Moraes  
 REC-16/00219524 / PMCBaixo / Moacir Rabelo da Silva, Clesio Moraes  
 REP-16/00127166 / PMGuabiruba / Flamarion Dias  
 @REP-16/00409900 / PMSJosé / Adelianna Dal Pont, Rodrigo João Machado, Jaime Luiz Klein, José Silvestre Cesconetto Junior, Observatório Social de São José, Vera Suely de Andrade, Juliana Terezinha da Silva  
 TCE-05/04024809 / PMImbituba / Dorlin Nunes Junior, Sérgio de Oliveira, Cristiano Lopes de Oliveira, Osny Souza Filho, José Roberto Martins, Alessandra Pivetta Moraes Camisão, Antônio Derli Gregório, Fabiano Henrique da Silva Souza, Gabriela Isabel Makowiecki, Igor Prado Koneski, Jailson Fernandes, Mauro Antônio Prezotto, Renata Pereira Guimarães  
 TCE-10/00786649 / PMPenha / Aquiles José Schneider Da Costa, Sergio de Mello, Benjamim Duarte da Silva Neto, Evandro Eredes dos Navegantes, Juliano Luis Cavalcanti, Lucas Zenatti, Neriane Ribas Oliveira

**RELATOR: HERNEUS DE NADAL**

**Processo/Unidade Gestora/Interessado-Responsável-Procurador**  
 @REV-16/00464596 / PMCalmon / TRANSRODACE Transportes Rodoviários Ltda., Leandro Rebello, Egídio Ceccatto  
 TCE-04/05034881 / PMTubarão / Felipe Martins de Azevedo, Angelo Antônio Zabet, Carlos José Stüpp, Adilson Missfeld, Antônio Derli Gregório, José Silvestre Cesconetto Junior, Mauro Antônio Prezotto, Renata Pereira Guimarães, Ricardo de Alcântara Rodrigues  
 TCE-12/00254772 / SDR-Laguna / Pedro Motta Roussenq, Mauro Vargas Candemil, Luiz Felipe Remor, Nelson Antônio Serpa, Eduardo Schmitt Espindola, ESE Construções Ltda., Dilson Lopes de Jesus, Rafael Duarte Fernandes, Katherine Schreiner, Lis Caroline Bedin, Ramiris Ferreira  
 TCE-14/00084030 / PMJaraguáSul / Durval Vassel, Irineu Pasold, Moacir Antônio Bertoldi

**RELATOR: SABRINA NUNES IOCKEN**

**Processo/Unidade Gestora/Interessado-Responsável-Procurador**  
 @RCO-16/00415200 / PMMacleira / Luiz Eduardo Cherem  
 REC-16/00368368 / PMNTrento / Gian Francesco Voltolini  
 REP-16/00196567 / PMImbituba / Jaison Cardoso de Souza  
 @APE-15/00664739 / IPREV / Adriano Zanotto  
 @APE-16/00236704 / IPREV / Adriano Zanotto

**RELATOR: GERSON DOS SANTOS SICCA**

**Processo/Unidade Gestora/Interessado-Responsável-Procurador**  
 TCE-12/00474977 / FUNTURISMO / Celso Antônio Calcagnotto, Patrick Marlon Palhano, Associação Catarinense de Assistência Odontológica (baixada), Gilmar Knaesel

**RELATOR: CLEBER MUNIZ GAVI**

**Processo/Unidade Gestora/Interessado-Responsável-Procurador**  
 REC-16/00310874 / SES / Tania Maria Eberhardt, Janine Silveira dos Santos Siqueira  
 REC-17/00044300 / FUNDESPORT / Gilmar Knaesel  
 REP-15/00404583 / PMItuporanga / Leandro May, Arno Alex Zimmermann Filho  
 TCE-11/00345970 / FUNCULTURAL / Andre Luiz Jesus dos Santos, Gilmar Knaesel  
 @APE-14/00027230 / CRICIÚMAPREV / Márcio Búrigo

Além dos processos acima relacionados, poderão ser incluídos na pauta da Sessão na data suprarreferida os processos cujas discussões foram adiadas, bem como aqueles dos quais foi solicitado vista e que retornam ao Plenário no prazo regimental, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno deste Tribunal.

Francisco Luiz Ferreira Filho  
 Secretário-Geral

**Atos Administrativos**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**Maio/2016 a Abril/2017**

**1º QUADRIMESTRE DE 2017**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

**TORNA PÚBLICO** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 1º Quadrimestre de 2017, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Ressalta-se que a partir do exercício de 2015, foi fixado novo limite de gastos com pessoal deste Tribunal, para efeito do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, passando para 0,90% (nove décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado de Santa Catarina, conforme a comunicação expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Ofício GAB/SEF nº 832/2014, de 04 de dezembro de 2014, assinado pelo Secretário de Estado da Fazenda Sr. Antônio Marcos Gavazzoni, capeado nesta Corte de Contas conforme o processo ADM 15/80015910.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 Maio/2016 a Abril/2017

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	DEBITAS EM RISTOS A PAGAR PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>225.834.263,55</b>	<b>153.849,63</b>
Pessoal Ativo	149.000.702,18	153.040,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.033.561,37	0,00
Custos despesa de pessoal decorrentes de contratos de rescisão do § 1º do art. 18, LRF	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>42.948.502,72</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.445.477,75	0,00
Decoretas de Direito Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	76.844,99	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Variáveis	36.417.980,10	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>180.885.760,83</b>	<b>153.849,63</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	20.513.993.899,74	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>180.248.810,81</b>	<b>0,87%</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	187.343.955,81	0,90%
LIMITE PRIORITÁRIO (VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	177.976.758,02	0,86%
LIMITE DE ALERTA (VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	168.609.500,23	0,81%

**FONTE: AL DAF e SEF**  
 Nota Explicativa: D os Riscos e Pagos não Processados no exercício de 2016, no valor de R\$ 196.022,09 (cento e noventa e sete mil, novecentos e vinte e dois reais e cinco centavos), foram cancelados, em 03 de abril de 2016, o valor de R\$ 40.892,25 (quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinco centavos), relativo a pagamento de R\$ 150.949,84 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinco centavos), como saldo de Riscos a Pagar não Processados Inativos.

Florianópolis, 30 de maio de 2017

Luiz Eduardo Cherem  
 Conselheiro Presidente do TCE

Edison Steven  
 Diretor da D-GPA

José Roberto Queiroz  
 Diretor da DAF

Rafael Antonio Krebs Reginatto  
 Coordenador da Auditoria Interna



**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - POR PODER E ÓRGÃO - QUADRO RESUMO**  
**MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017**

R\$ 1,00

Especificação	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)
<b>Tribunal de Contas</b>	
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>223.189.313,53</b>
Pessoal Ativo <sup>2</sup>	149.155.751,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.033.561,70
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização	-
<b>Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>42.940.302,72</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.445.477,73
Decorrentes de Decisão Judicial	-
Despesas de Exercícios Anteriores	76.844,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.417.980,10
<b>Despesa Líquida com Pessoal - Tribunal de Contas <sup>1</sup></b>	<b>180.249.010,81</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>20.815.995.089,76</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL sobre a RCL</b>	<b>0,87%</b>
Limite Máximo Legal	0,90%
Limite Prudencial (95% do Limite Máximo Legal)	0,86%
Limite de Alerta (90% do Limite Máximo Legal)	0,81%

FONTE: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e Consulta elaborada através da ferramenta de extração de dados - Discoverer.

Notas Explicativas:

1 - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende apenas os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma, embora impactem no caixa do Estado, para fins de verificação dos limites da LRF, não devem ser considerados no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como as despesas com serviços terceirizados, registradas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Além disso, é importante ressaltar que o artigo 19 da LRF estabelece que não devem ser computadas como despesas com pessoal os inativos e pensionistas custeados por recursos próprios do RPPS, bem como as decisões judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.

Florianópolis, 29 de maio de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINICHEM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN  
COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DE  
INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL

ESPECIFICAÇÃO	maio/16	jun/16	jun/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES <sup>(1)</sup>	2.451.278.948,00	2.390.537.652,43	2.303.321.864,71	2.345.189.190,36	2.610.231.951,32	2.511.049.149,50	2.478.525.871,17	3.029.889.124,08	2.587.684.317,05	2.451.533.290,20	2.516.076.666,37	2.694.388.879,81	30.369.716.725,00	32.666.964.386,00
Receta Tributária	1.694.172.144,74	1.663.563.633,56	1.688.799.198,74	1.705.295.223,06	1.983.923.798,04	1.850.193.027,05	1.738.148.308,89	1.976.165.193,07	1.914.595.866,33	1.762.090.889,15	1.859.982.668,31	2.017.719.682,43	21.850.984.513,37	23.501.107.843,00
ICMS <sup>4</sup>	1.350.299.282,54	1.322.467.957,06	1.376.165.467,69	1.360.312.351,74	1.670.592.791,32	1.524.945.266,16	1.460.705.349,83	1.622.613.377,81	1.654.322.804,25	1.509.792.168,09	1.502.909.404,80	1.706.053.946,14	18.052.181.167,43	19.432.239.260,00
IPVA	157.426.211,89	148.278.449,32	137.504.074,57	157.774.614,65	136.147.779,16	142.189.293,30	84.892.663,92	63.320.170,63	93.973.035,80	98.461.798,37	159.725.867,85	127.296.342,97	1.501.688.502,33	1.681.298.507,00
ITCMD	21.904.819,54	23.998.354,20	15.979.724,43	17.899.743,40	17.282.952,10	20.340.812,19	23.789.194,92	35.706.713,51	15.339.761,49	13.551.488,44	20.976.876,12	17.378.935,86	244.136.486,20	226.245.497,00
IRRF	106.958.917,48	115.910.230,19	107.832.641,01	109.598.014,33	108.315.234,53	110.813.608,40	122.893.177,66	211.288.396,35	103.606.804,06	109.028.814,82	113.013.243,76	109.735.279,19	1.428.744.561,78	1.465.807.922,00
Outras Receitas Tributárias	57.563.913,29	52.920.642,79	51.297.291,04	60.693.499,04	51.595.040,93	51.903.847,00	46.867.932,56	43.256.524,77	47.754.560,73	48.246.409,43	63.358.065,78	52.256.078,27	624.503.795,63	705.526.657,00
Receta de Contribuições	64.524.606,48	64.977.939,95	64.221.462,92	65.870.155,92	65.059.565,53	65.778.724,87	73.207.199,17	125.510.355,83	69.919.860,74	70.055.327,01	70.471.899,89	70.517.068,98	870.114.325,09	878.772.489,00
Receta Patrimonial	86.121.960,95	86.121.960,95	82.325.056,23	85.959.235,32	83.747.247,68	73.210.707,81	74.960.656,59	69.621.036,46	72.083.433,99	64.909.699,11	70.940.092,08	66.428.774,30	909.077.431,98	886.708.023,00
Receta Agropecuária	195.931.148	124.581.971	329.799,32	188.171,19	111.677,94	67.622,14	47.960,30	121.228,46	36.233,82	46.251,36	143.968,72	157.992,81	1.231.109,68	1.095.733,00
Receta Industrial	373.885,62	231.648,87	388.584,44	488.018,02	320.234,89	344.334,95	316.076,42	323.744,27	214.356,45	229.714,90	376.001,18	186.106,77	3.792.506,78	3.678.899,00
Receta de Serviços	55.740.127,55	50.485.052,10	50.793.279,63	55.551.169,30	48.420.854,41	48.723.064,88	53.808.448,27	50.341.981,45	39.462.862,11	42.797.003,15	51.580.460,10	50.863.553,79	598.685.868,54	722.067.211,00
Transferências Correntes	498.673.466,86	463.171.328,63	357.316.087,95	384.123.375,39	361.823.566,37	406.555.038,99	475.676.716,37	652.467.840,10	423.510.370,68	427.323.332,35	372.623.465,19	401.502.390,30	5.201.397.559,18	5.637.766.814,00
Cota-Parte do FPE	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	1.177.558.288,76	1.115.963.486,00
Transferências da LC 87/1996	23.340.735,60	13.888.797,56	18.871.014,83	19.068.981,66	20.881.678,06	22.070.844,87	23.065.763,04	24.539.760,81	21.782.536,92	23.930.101,73	18.804.848,56	22.708.910,85	252.831.974,48	299.217.105,00
Transferências do FUNDEB	170.421.084,27	163.238.085,26	157.205.180,36	161.629.627,94	165.360.602,47	188.444.786,50	191.297.225,76	214.784.105,56	182.876.390,12	174.987.302,20	180.311.773,31	184.537.488,09	2.135.522.591,74	2.338.497.595,00
Transferências de L.C. 61/1989	196.184.947,50	192.466.645,55	114.363.841,89	101.341.522,79	108.148.242,47	114.265.806,76	108.383.574,63	228.016.559,50	121.335.859,38	104.748.479,03	94.202.787,20	99.935.931,78	1.563.461.795,48	2.024.769.402,00
Transferências de L.C. 195/96	58.879.823,38	64.661.466,66	59.498.405,48	66.739.842,16	66.825.008,46	66.176.631,21	62.322.503,16	155.307.754,44	67.480.142,93	84.091.273,17	89.958.430,90	91.992.982,43	934.053.392,38	835.819.394,00
Outras Transferências Correntes	748.168.354,24	721.994.340,55	734.159.695,23	741.849.324,71	850.371.700,79	801.875.023,72	764.770.448,62	880.943.409,15	838.078.811,57	784.071.304,76	813.353.889,83	874.385.932,07	9.553.721.635,24	10.216.020.217,00
DEDUÇÕES <sup>(2)</sup>	428.475.138,14	413.377.253,49	425.736.351,97	428.299.964,30	485.793.745,57	483.468.129,78	419.189.740,41	449.696.973,58	478.071.012,15	439.339.118,43	470.221.865,48	504.523.194,61	5.414.212.287,89	5.877.194.045,00
Transferências Constitucionais e Legais <sup>3</sup>	60.189.387,80	60.682.786,99	59.800.416,62	61.436.691,95	60.584.138,84	61.336.391,77	69.728.897,81	116.867.793,92	65.447.195,80	65.539.435,34	65.917.481,96	65.933.628,51	811.982.745,61	825.421.352,00
Contrib. Plano de Previdência do Servidor <sup>3</sup>	4.325.818,68	4.395.152,96	4.421.076,00	4.434.463,97	4.485.428,69	4.442.332,80	4.468.201,36	9.022.561,91	4.472.664,94	4.515.891,67	4.554.117,93	4.583.888,47	58.131.579,48	53.301.117,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	6.428.928,10	2.138.716,87	2.138.716,87	2.138.931,39	2.131.531,30	2.128.777,09	2.125.838,16	4.247.384,37	2.177.433,35	2.224.566,93	2.258.939,52	1.960.166,28	32.030.926,22	-
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	250.739.833,52	241.502.430,24	242.055.133,47	245.545.273,11	287.368.838,39	270.179.392,18	270.247.672,88	301.488.655,37	287.970.855,33	272.452.292,39	270.400.884,96	297.385.074,20	3.237.384.095,04	3.460.103.703,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.705.110.893,76	1.668.540.311,88	1.589.172.199,48	1.603.339.865,85	1.759.860.290,53	1.708.474.125,78	1.713.155.422,55	2.148.345.714,93	1.749.805.403,48	1.687.461.983,44	1.702.723.376,54	1.820.002.747,74	20.815.995.089,76	22.450.944.169,00

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Deducidos os valores das restituições de receita registradas nas contas de deduções de receita
2. Incluídos os valores das receitas do FundoSocial e SEITEC pertencentes aos municípios, registrados nas contas de deduções de receita
3. Incluídos os valores das contribuições previdenciárias patronais dos servidores em licença sem vencimento e a disposição de outros Entes Federados
4. O incremento na receita bruta de ICMS no mês de setembro de 2016 refere-se à conversão de receita extra-orçamentária dos contratos do PRODEC em receita de ICMS, conforme artigo 9º, § 2º da Lei Estadual 13.342/2005. Nesse momento, essa conversão não representa aumento da disponibilidade financeira. O PRODEC foi instituído pela Lei n.º 13.342/2005 tendo como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, que visem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo a título de financiamento, equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado por novo projeto

Foiatopolis, 29 de maio de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI  
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
 DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
 CONTADORACRSC.23.039/02

MARIA LUIZA SEEMANN  
 COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL  
 CONTADORACRSC.31.035/09

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - QUADRO ANALÍTICO

MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

EMPENHAMENTO	R\$ 1,00												
	ma/16	ju/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Processados Inscritos em 2016	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	TOTAL
<b>Tribunal de Contas</b>	13.264.448,72	17.747.263,87	15.226.675,19	15.344.505,35	15.398.215,90	15.443.263,10	20.877.786,84	18.748,86	18.272.924,47	15.821.267,26	18.892.892,26	15.546.553,39	180.246.018,87
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	16.573.870,17	19.366.643,46	18.170.712,43	16.844.678,92	16.879.699,01	16.961.890,47	28.319.771,27	186.049,05	20.168.888,60	17.622.681,26	18.044.852,73	17.241.720,30	223.189.313,53
Pessoal Ativo	10.123.853,27	13.598.592,73	11.000.797,81	11.125.845,87	11.056.618,23	11.261.419,85	19.852.760,45	155.049,65	14.410.804,69	11.736.183,77	12.053.045,21	11.188.971,44	149.155.751,83
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	5.449.916,90	5.789.047,73	7.170.914,62	5.718.733,05	5.713.980,73	5.700.470,62	8.467.010,82	-	5.748.183,91	5.886.397,49	6.001.808,52	6.052.848,86	74.033.561,70
Despesa não computada (art. 18, § 1º da LRF)	2.229.720,45	1.619.285,69	3.661.960,47	3.479.649,27	3.480.382,21	3.513.507,27	7.732.020,71	-	1.786.006,13	3.988.183,28	4.171.961,35	5.685.356,31	42.940.302,72
Despesas de Exercícios Anteriores	385.721,06	300.351,02	628.346,73	389.843,37	390.550,73	376.524,89	897.382,25	-	643.663,54	805.603,31	916.482,17	394.876,00	6.445.477,73
Despesas de Exercícios Atuais	1.323,45	46.333,01	29.249,03	448.777,36	390.550,73	376.524,89	-	-	-	-	-	-	76.646,69
Inativa e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.873.214,74	1.727.295,95	3.113.203,11	3.089.805,90	3.089.834,48	3.136.982,48	7.144.654,46	-	1.142.342,59	3.153.589,97	3.355.560,18	3.309.479,81	36.417.880,03
INTEGRAÇÃO DE PESSOAL													
INTEGRAÇÃO DE PESSOAL - SIGEF/SC													

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende apenas os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma, embora impactem no caixa do Estado, não devem ser considerados no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como as despesas com serviços terceirizados, registradas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Além disso, e importante ressaltar que o artigo 19 da LRF estabelece que não devem ser computadas como despesa com pessoal os inativos e pensionistas cusados por recursos próprios do RPDS, bem como as decisões judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC



PAGAMENTO DE PENSIONISTAS 2017

TRIBUNAL DE CONTAS	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
<b>Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)</b>	<b>822.495,42</b>	<b>828.690,08</b>	<b>853.036,78</b>	<b>897.387,25</b>	<b>923.058,18</b>	<b>795.120,95</b>	<b>896.156,76</b>	<b>879.948,18</b>	<b>1.129.211,62</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	822.495,42	828.690,08	853.036,78	897.387,25	923.058,18	795.120,95	896.156,76	879.948,18	1.129.211,62
Pensões - 3.1.90.03	822.495,42	828.690,08	853.036,78	897.387,25	910.659,30	795.120,95	896.156,76	879.948,18	1.129.211,62
Sentenças Judiciais - 3.1.90.91	-	-	-	-	12.398,88	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores - 3.1.90.92	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)</b>	<b>822.495,42</b>	<b>828.690,08</b>	<b>853.036,78</b>	<b>897.387,25</b>	<b>923.058,18</b>	<b>795.120,95</b>	<b>896.156,76</b>	<b>879.948,18</b>	<b>1.129.211,62</b>
Decorrentes de Decisão Judicial (Exceto Fontes do IPREV)	-	-	-	-	12.398,88	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores (Exceto Fontes do IPREV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Fontes do IPREV)	822.495,42	828.690,08	853.036,78	897.387,25	910.659,30	795.120,95	896.156,76	879.948,18	1.129.211,62

Fonte: SIGEF/SC

Nota: Os valores acima deverão ser adicionados ao Demonstrativo das Despesas com Pessoal exigido pela LRF.



DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
Memorando DGP nº 018/2017

Senhor Coordenador Auditoria Interna,

Atendendo a determinação do artigo 10, I, combinado com o artigo 4º I, da Instrução Normativa 02/2001, informamos abaixo a relação dos servidores admitidos no período de janeiro a abril de 2017:

NOME DO SERVIDOR	CARGO (LEI COMPLEMENTAR 78/93)	NÍVEL REFERÊNCIA	VALOR DO VENCIMENTO DO CARGO
Felipe Augusto Tavares de Carvalho Sales	Auditor Fiscal de Controle Externo	TC.AFC.13.A	R\$ 6.121,81 (1)
Carlos Roberto Pereira da Silva Junior	Assessor para Assuntos Institucionais	TC.DAS.4	R\$ 11.244,99 (2)
Cintia Schiochett	Assessor de Conselheiro	TC.DAS.3	R\$ 8.819,60 (3)
Cleusa Regina Oliveira de Castro	Assessor de Gabinete	TC.DAS.2.	R\$ 7.496,66 (4)
José Cláudio Prisco Paraíso	Chefe de Assessoria de Comunicação Social	TC.DAS.5	R\$ 14.883,08 (5)
Leocácio Schroeder Giacomello	Assessor Especial do Gabinete da Presidência	TC.DAS.4	R\$ 11.244,99 (2)
Ana Carolina Becker Silva Colla	Auxiliar de Gabinete	TC.DAI.5	R\$ 4.409,80 (6)
Ingrid Vier	Assessor Especial de Conselheiro	TC.DAS.4	R\$ 11.244,99 (2)

\* Todos os servidores recebem a título de Auxílio Alimentação o valor mensal de R\$ 1.443,94 acrescido da Gratificação de Desempenho, nos valores correspondentes aos cargos exercidos, conforme segue:

- (1) R\$ 5.181,52
- (2) R\$ 4.961,03
- (3) R\$ 4.740,54
- (4) R\$ 4.520,05
- (5) R\$ 5.170,43
- (6) R\$ 4.079,07

Nesta oportunidade, Informamos ainda que não há neste Tribunal de Contas despesas de pessoal relativas a contratos de terceirização de mão de obra em substituição a servidores do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

DGP em 04/ de maio de 2017.

Katia Albino Goulart Heinzen

Diretora DGP





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Memo. CLIC nº 03/2017

Florianópolis, 05 de maio de 2017.


DE: Coordenadoria de Licitações e Contratações  
PARA: Auditoria Interna

Senhor Coordenador,

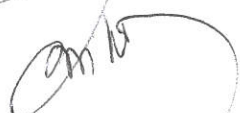
Atendendo solicitação dessa Auditoria, com vistas a apuração e cômputo de despesas com pessoal decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra em substituição a servidores, em consonância as disposições do § 1º, do art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, informamos que no quadrimestre de janeiro a abril de 2017 foram realizados por esta Coordenadoria processos envolvendo Contrato e Termos Aditivos referentes à contratação de mão de obra terceirizada, abaixo relacionados:

- 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2013 com a empresa PROSERV Assessoria e Consultoria de Pessoal Ltda. Objeto: Reconhecer para o Posto de Trabalho de servente previsto no item 1.13 da Cláusula Terceira e que preste serviço de limpeza dos sanitários coletivos nas instalações físicas do Tribunal de Contas, o índice de insalubridade máxima de 40%, em substituição ao percentual de 20%, antes definido na CCT e constante na planilha de composição de preços, o que representa um aumento de até R\$ 17.244,81 no valor mensal atualizado do contrato. Data da Assinatura: 13/03/2017
- 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2013 com a empresa PROSERV Assessoria e Consultoria de Pessoal Ltda. Objeto: Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato original, reduzindo em 7 vagas o posto de serviço de limpeza 6 horas (item 1.13), passando de 38 para 31 postos, e acrescentando o item 1.30 serviços de limpeza de banheiros coletivos 7 vagas, para diferenciar os postos de serviços que receberão o percentual maior de insalubridade reconhecido pelo 8º Termo Aditivo. Valor: Diante da alteração, apenas fazem jus a insalubridade máxima concedida no Oitavo Termo Aditivo os 7 postos de serviços de limpeza de banheiros coletivos, o que representa um aumento de R\$ 3.171,90, valor este já considerado no cálculo do valor do Oitavo Termo Aditivo. Data da Assinatura: 03/04/2017.

Atenciosamente,

  
Fernanda Niehues Faustino  
Coordenadoria de Licitações e Contratações

*De acordo  
A AUDI  
conforme requerido  
em 05/05/2017*

  
José Roberto Queiróz  
Diretor - DAF